

# **Os ardis da memória: o debate público sobre o golpe e a ditadura no Brasil em tempos de revisão histórica e ofensiva conservadora**

Carlos Zacarias de Sena Júnior\*

## **Resumo**

O objetivo desse trabalho é refletir sobre as formas como o conhecimento e a discussão sobre passados traumáticos são elementos indissociáveis de uma visão ético-política de mundo. Pretendemos analisar as formas como as disputas de memória e os embates historiográficos introduziram no discurso científico uma noção de anódina de objetividade cujo papel hegemônico terminou por condenar a priori qualquer produção matizada pela crítica ético-política ao golpe de 1964 e a ditadura (1964-1985), inspirada no marxismo. Buscamos discutir os caminhos atuais das disputas de memória sobre o golpe de 1964 e a ditadura, a luz de algumas teses esposadas pela historiografia recente, assumindo como hipótese que as posições expressas pelo presidente do STF acerca do golpe e mesmo as posições do presidente da República, são correspondentes com algumas das teses mais importantes apresentadas pela historiografia revisionista sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Memória; Historiografia; Golpe de 1964; Ditadura.

## **Abstract**

The objective of this work is to reflect on the ways in which knowledge and discussion about the traumatic past are inseparable elements of an ethical-political world view. We intend to analyze the ways in which the disputes of memory and the historiographic conflicts introduced in the scientific discourse a notion of anodyne of objectivity whose hegemonic role ended by condemning a priori any production nuanced by ethical-political criticism to the coup of 1964 and the dictatorship (1964-1985), inspired by Marxism. We sought to discuss the current paths of memory disputes over the 1964 coup and dictatorship, in light of some of the theses espoused by recent historiography, assuming as hypothesis that the positions expressed by the STF president about the coup and even the positions of the president of the Republic, correspond with some of the most important theses presented by revisionist historiography on that of the subject.

**Keywords:** Memory; Historiography; Coup of 1964; Dictatorship.

No dia 4 de outubro de 2018, em evento de comemoração do aniversário de 30 anos da Constituição, o ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou: “É função primária de uma Constituição cidadã fazer ecoar os gritos do nunca mais. Nunca mais a escravatura, nunca mais a ditadura, nunca mais o fascismo e o nazismo, nunca mais o comunismo, nunca mais o racismo, nunca mais a

---

\* Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

discriminação”.<sup>1</sup> Poucos dias antes, no dia 1º, o mesmo Dias Toffoli havia se referido ao golpe civil-militar de 1964 como “movimento de 1964”, recusando entrar na “polêmica” sobre o fato de ter havido ou não um golpe no Brasil: “Hoje, não me refiro nem mais a golpe nem a revolução. Me refiro a movimento de 1964”, disse o ministro, que dias depois colocaria o “comunismo” no mesmo balaio de situações históricas vivenciadas pela humanidade, como a escravidão, as ditaduras, o nazismo e o fascismo.<sup>2</sup>

Ora, sem que tivesse havido comunismo no mundo, senão em projeto de revolucionários e intenções de revoluções, o que a fala de Toffoli denotou foi uma forma de confusão bastante comum em tempos que a extrema-direita e os militares distribuem a responsabilidade dos golpes ao perigo provocado pela revolução pelo comunismo, algo que, de certa forma, vinha sendo dito por historiadores acadêmicos revisionistas. Ao falar do período da ditadura, por exemplo, o ministro citou textos do historiador e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Daniel Aarão Reis, aludindo ao suposto fato de que, no período, tanto a esquerda quanto a direita conservadora tinham sido coniventes com quadro de crise política, não sendo capazes de assumirem seus erros que desembocaram no “movimento” de 1964, passando a atribuir os problemas exclusivamente aos militares. Para o presidente do STF, a caracterização de “golpe” ou “movimento”, no seu entendimento, parecia ter mais relação com as polêmicas políticas do presente do que com a história propriamente dita, haja vista de que muitos não pareciam ser capazes de localizar o radicalismo e as dimensões equivocadas da atuação da esquerda e da direita que deram ensejo à ruptura constitucional em 1964.

Menos de um ano depois de proferidas as polêmicas palavras do presidente do STF, uma nova e ainda mais grave controvérsia foi inaugurada em função da iniciativa do presidente e ex-capitão do exército, Jair Bolsonaro, que recomendou que as Forças Armadas celebrassem a data de 31 de março de 1964, abrindo um flanco de crise que levou procuradores do Ministério Público Federal (MPF) a se manifestarem. A posição de Bolsonaro sobre o assunto nunca foi novidade. Na condição de deputado federal ao longo de 28 anos, o capitão reformado sempre comemorou a data do golpe com

---

<sup>1</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/nunca-mais-escravatura-ditadura-fascismo-e-comunismo-diz-toffoli-sobre-a-constituicao.shtml>. Acessado em 31/03/2019.

<sup>2</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/toffoli-diz-que-hoje-prefere-chamar-ditadura-militar-de-movimento-de-1964.shtml>. Acessado em 31/03/2019.

estardalhaço. A bem da verdade, Bolsonaro prefere chamar o golpe civil-militar de 1964 de “contrarrevolução”, já que acredita que as Forças Armadas impediram que uma revolução comunista transformasse o Brasil numa nova Cuba. Enquanto deputado, Bolsonaro não apenas pronunciou diversos discursos, como foi para a porta do Ministério da Defesa soltar rojões e dizer que o 31 de março de 1964 é a data da “segunda independência do Brasil”.<sup>3</sup>

À parte a estranheza de um espetáculo público produzido quixotesicamente por um deputado e seus filhos, que solitariamente soltam rojões celebrando um golpe de Estado que implantou uma ditadura de 21 anos, o fato é que nos últimos cinco anos, as polêmicas sobre o evento, que já haviam se acirrado no âmbito da academia, irromperam no seio da sociedade como não havia acontecido durante 25 anos de redemocratização anterior.

À luz do debate público sobre a criação, as sessões e os produtos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e das várias comissões da verdade criadas em diversos espaços, mas sobretudo impulsionados pela forma como a extrema-direita ganhou expressão e emergiu na cena política elegendo o presidente da República, os debates sobre o golpe de 1964 e a ditadura que durou 21 anos, não são mais privilégio de especialistas e estudiosos. Considerando que o direito e mesmo o dever de memória se insere cada vez mais nas contendas sobre nosso passado traumático recente, convém se indagar sobre as formas adquiridas pelo revisionismo histórico que transitaram da academia para o espaço público, buscando descobrir de que forma as batalhas de memória operam e como nesses ardis o produto da reminiscência pode ser transfigurado de maneira dramática e com interesses políticos evidentes.

Em que pese que o debate público sobre a ditadura nunca tenha tido, no Brasil, a expressão que alcançou em países como a Argentina, o Uruguai e o Chile, na América Latina, ou Portugal e Espanha, na Europa, a sociologia, a politologia e, posteriormente, a historiografia sobre o assunto produziram uma quantidade razoável de material que tenciona entender os motivos do golpe e do colapso do regime democrático, engendrado a partir de 1945, bem como do padrão de acumulação então vigente.

---

<sup>3</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=2l\\_0pTOSDwM](https://www.youtube.com/watch?v=2l_0pTOSDwM). Acessado em 31/03/2019.

Passados 55 anos do golpe civil-militar de 1964, as investigações sobre o assunto se aprofundaram, ganharam a dimensão factual oferecida pelos historiadores, praticamente ausente nas primeiras interpretações, passando a se constituir em referência obrigatória para a compreensão daqueles anos.

Apesar dos inegáveis avanços verificados ao longo de cinco décadas, uma questão parece se impor. Sem que seja possível separar tais discussões dos necessários “partidarismos” que movimentam inúmeras questões que tangenciam a dimensão ética de passados traumáticos, até que ponto é possível se notar que ao lado da evolução do conhecimento empírico, percebido pela entrada em cena dos historiadores e do acesso a arquivos até então desconhecidos, não seria também possível se referir a uma certa regressão nos estudos no quesito relativo às hipóteses e às teorias utilizadas para a explicação? Ou seja, se avançamos em acessar arquivos e conhecer aspectos da ditadura que nos eram desconhecidos, parece ser notório que tenhamos recuado na dimensão teórica, algo que talvez possa se dizer vinculado à crise de uma certa ética que envolvia tais estudos.

Admitindo que nas primeiras duas décadas de estudo do golpe, os estudiosos conviviam com a ditadura e eram vítimas de toda a espécie de arbítrio, algo que levou alguns a prisão, aposentou outros e obrigou outros tantos a deixar o país, seria possível dizer que o peso da crítica era um produto da militância e da visão de mundo de muitos autores? Em que medida o tratamento da questão seria prejudicado pela proximidade do tema que obrigava os autores a assumirem posição política frente ao assunto?

O objetivo desse trabalho é refletir sobre as formas como o conhecimento e a discussão sobre passados traumáticos são elementos indissociáveis de uma visão ético-política de mundo. Pretendemos analisar as formas como as disputas de memória e os embates historiográficos introduziram no discurso científico uma noção de anódina de objetividade cujo papel hegemônico terminou por condenar a priori qualquer produção matizada pela crítica ético-política ao golpe de 1964 e a ditadura (1964-1985), inspirada no marxismo. Dito de outro modo: pretendemos discutir os caminhos atuais das disputas de memória sobre o golpe de 1964 e a ditadura, a luz de algumas teses esposadas pela historiografia recente, assumindo como hipótese que as posições de ministros do STF e mesmo do presidente da extrema-direita, são correspondentes com algumas das teses mais importantes apresentadas pela historiografia revisionista.

## O diabo mora nos detalhes

No mesmo dia em que o ministro Dias Toffoli o citou, referindo-se ao fato de preferir dizer “movimento de 1964” ao invés de golpe, o historiador Daniel Aarão Reis, em entrevista à revista Carta Capital, se disse estarrecido. Afirmando como “infeliz” as declarações do presidente do STF, o professor da UFF referiu-se à politóloga e professora da Unicamp Argelina Cheibub Figueiredo, a responsabilidade de ter “requeitado” a teoria dos “dois demônios”, originária do debate argentino, para o caso brasileiro.<sup>4</sup> Segundo Daniel Aarão:

Essa interpretação dos dois demônios eu rejeito categoricamente. Eu não nego que antes do golpe havia um processo de radicalização no Brasil. Mas parece utópico igualar camponeses que lutam pela terra a latifundiários. Me parece impróprio igualar aqueles que lutam por justiça social com os que querem eternizar a injustiça social. Me parece impróprio, em relação à conjuntura anterior a 1964, igualar os marinheiros que queriam ter o direito de voto às oligarquias que não queriam democratizar o voto.<sup>5</sup>

De fato, Daniel Aarão Reis nunca negou que em 1964 tivesse havido um golpe no Brasil e, para sermos justos, Argelina Figueiredo também não. A questão, entretanto, é que tanto um quanto outro relativizaram a dimensão do golpismo da direita em função de perspectivas teóricas e disposições metodológicas que, encontrando as mesmas evidências de historiadores críticos e marxistas, buscavam distribuir responsabilidades, pelo golpe de 1964, à esquerda e à direita.

Para Argelina Figueiredo, que utiliza a teoria da “escolha racional” para entender a crise política que deu ensejo ao golpe, o 31 de março de 1964 foi o resultado de “escolhas e ações específicas”, que terminaram por solapar “as possibilidades de consolidação e apoio para as reformas, e, desta forma, reduziram as oportunidades de implementar, sob regras democráticas, um compromisso sobre essas reformas”. Para a professora da Unicamp, que trabalhou nos Estados Unidos com Adam Przeworski, um dos mais importantes teóricos do marxismo analítico, partidário das teses sobre as estratégias da escolha racional, frente a um quadro de acirramento dos conflitos “o

---

<sup>4</sup> Chama-se de “teoria dos dois demônios” a concepção surgida no informe da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), um órgão ligado ao projeto *Nunca Más* da Argentina, que diz em seu prólogo: “Durante la década de [19]70 la Argentina fue convulsionada por un terror que provenía tanto desde la extrema derecha como de la extrema izquierda, fenómeno que ha ocurrido en muchos otros países”. <http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/nuncamas/7.html> Acessado em 30/03/2019.

<sup>5</sup> <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/historiador-citado-por-toffoli-diz-que-e-errado-chamar-ditadura-de-movimento-de-64>. Acessado em 31/03/2019.

crecente consenso negativo em relação às possibilidades de resolver o conflito dentro das regras democráticas”, terminou por ser decisivo na ruptura de 1964.<sup>6</sup>

Publicada em 1993 a obra de Argelina Figueiredo inaugurou o capítulo revisionista da historiografia brasileira sobre o golpe de 1964. Confrontando as teses clássicas, estabelecidas entre os anos 1960 e 1980, quase todas marxistas, que caracterizavam o golpe como uma articulação das classes dominantes brasileiras, associadas ao capitalismo estadunidense, a autora deslocou o foco na análise das disputas materiais, que moviam interesses ideológicos, para o plano exclusivamente subjetivo da disputa política, que opunham uma esquerda e uma direita radicalizadas, frente a um centro político reformista que terminou por sucumbir frente à tensão entre os extremos. Ou seja, na interpretação da autora, a saída golpista em início dos anos 1960, deu-se em função do acirramento das tensões cujas escolhas dos atores políticos determinaram o solapamento da democracia.

Se Argelina Figueiredo é mais incisiva em compartilhar as responsabilidades pelo golpe aos grupos contendores em 1964, aproximando-se da chamada “teoria dos dois demônios”, Daniel Aarão Reis é bastante mais sutil. O historiador da UFF, ex-militante do MR-8 e autor de um dos mais importantes estudos sobre a luta armada no Brasil, Daniel Aarão tem uma trajetória de vida identificada com a guerrilha e luta armada em que ingressou na juventude, algo que virou objeto de suas investigações nos anos 1980 e 1990.<sup>7</sup> Nas últimas duas décadas, entretanto, o ex-militante e guerrilheiro optou por promover, de certa forma, um acerto de contas com sua memória, algo que não deixa de ser notado em sua obra sobre os comunistas nos anos 1960, mas que também se percebe em suas apreciações do período da ditadura. Nesse percurso, Daniel Aarão revolveu por adotar uma noção de “cultura política” para interpretar o fenômeno da ditadura e das tradições governamentais brasileiras, terminando por criar a ilusão contrafactual de que entre os golpistas e suas vítimas havia projetos semelhantes, pois nenhum dos campos tinha suficiente apreço pela democracia.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 30-31.

<sup>7</sup> REIS FILHO, *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>8</sup> A propósito da trajetória de Daniel Aarão Reis e das formas em que se evidenciam as relações entre o historiador e suas memórias, veja-se SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. “O espelho da memória: um debate com o revisionismo histórico em torno da ditadura”. *Crítica Marxista*, São Paulo, nº 40, p. 121-

A propósito do pouco apreço pela democracia que supostamente esquerda e direita tinham, Daniel Aarão Reis, que já havia se referido aos dispositivos adotados pelos grupos de esquerda na luta contra a ditadura, que incluía uma permanente aposta no impasse, algo que se expressava numa espécie de “utopia do impasse”, mais recentemente procurou desvirtuar o componente civil do golpe.<sup>9</sup> Para Aarão, distintamente do que havia sugerido Dreifuss, que via a burguesia associada como protagonista do golpe de 1964, o elemento civil devia ser encontrado nas manifestações das classes médias impulsionadas pelos setores da Igreja e entidades da sociedade civil.<sup>10</sup> Com efeito, as palavras de Dias Toffoli encontram nessa perspectiva expressa por Daniel Aarão a ideia de que o 31 de março de 1964 foi impulsionado pelas ruas ao invés de ser apenas um golpe, daí a ideia de movimento.

### **Da militância aos militares**

Nos últimos 30 anos a historiografia sobre o golpe de 1964 não fez outra coisa que não conciliar com a ditadura, absolvendo os responsáveis pelo golpe e distribuindo as culpas entre as suas vítimas que foram vistas como impacientes e radicais, quando não, eram apontadas também como golpistas. Da “teoria dos dois demônios” e suas variantes nativas, como a tese das responsabilidades compartilhadas, até as críticas dirigidas ao produto da politologia, da sociologia e da historiografia marxista como se fora toda ela feita por militantes, os estudos das últimas três décadas foram dando sucessivos passos para trás, produzindo uma versão que muito dificilmente não poderia ser chamada de revisionista.

Nos 20 primeiros anos que se seguiram ao 31 de março de 1964, o essencial das reflexões, do qual se deixavam de lado a dimensão fática, tendo em vista que os documentos eram inacessíveis, era extremamente crítico. Combinando a incontornável

---

132, 2015. Para uma crítica ao revisionismo histórico sobre o golpe no seu conjunto, veja-se MELO, Demian. “1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão”. In: *A miséria da historiografia...*, p. 157-188.

<sup>9</sup> REIS FILHO, D. A. *A Revolução faltou ao encontro...*, p. 45-73. Sobre a “utopia do impasse”, Daniel Aarão assim se referiu: “Do ponto de vista do conteúdo, as oposições não pareciam compreender muito bem o que estava acontecendo. Quase todas as críticas apontavam as contradições e os impasses em que se encontrava o governo. Apostavam numa espécie de beco sem saída. Como se o país estivesse embalado em caminhada inevitável para uma explosão social, feito um barril de pólvora”. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 60.

<sup>10</sup> REIS, D. *Ditadura e democracia no Brasil...*, p. 46-46.

tarefa de interpretar o mundo com a não menos necessária necessidade de transformá-lo, algo típico da história imediata ou da história do tempo presente, como sugere Henry Rousso, o que os estudos dessa época demonstravam era que a ditadura era o produto de uma violenta ruptura institucional produzida pelas classes dominantes contra um governo constituído, legal e reformista.<sup>11</sup> No período em que foram concebidos os primeiros estudos, não havia margens para conciliações, e muito embora diversas dimensões ainda não fossem conhecidas, como a participação ativa do imperialismo no golpe, por exemplo, o que cabia aos estudiosos era entender o porquê de ter acontecido, quais os limites do padrão de acumulação vigente e os principais atores atuantes no plano político e material.

Com efeito, as obras de Octávio Ianni, *O colapso do populismo no Brasil* (1967), de Florestan Fernandes, *A Revolução burguesa no Brasil* (1973), de Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O governo João Goulart e as lutas sociais do Brasil* (1977), e, sobretudo, de René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado* (1981), deram o tom das publicações que abordavam o golpe no Brasil nas primeiras duas décadas do ocorrido, sendo, portanto, aquelas contra as quais a historiografia dos últimos 30 anos mobilizou seus argumentos.

O fato conhecido, mas nunca diretamente mencionado pelos críticos dessas teses, de que parte dos autores tenha tido alguma vinculação com grupos de esquerda e que todos eles tenham produzido seus estudos a partir de alguma perspectiva do marxismo, nos induz a admitir que a historiografia surgida no período seguinte, tanto mais acesso tenha tido às evidências documentais e tanto mais profissional tenham sido os investigadores, deixou de reivindicar tais posições, considerando-as insuficientes, demasiadamente matizadas pela vertente teórica do marxismo ou excessivamente parciais e mesmo militantes.

---

<sup>11</sup> Analisando o produto das primeiras obras sobre a Revolução Francesa, escritas no calor do acontecimento, Henry Rousso, anotou: “A historiografia frequentemente informada, que repousa sobre a *corpora* de fontes, coletâneas de documentos oficiais, mas também quase sempre engajada, de um lado como de outro, inteiramente atravessada pelas paixões políticas herdadas da Revolução e das suas sequelas, marcada, portanto, pela tensão entre a vontade de compreender e a necessidade de tomar partido”. ROUSSO, Henry. *A última catástrofe. A história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 79.



Por conta disso, o projeto de história oral dos militares, surgido em fins da década de 1980, a partir de uma iniciativa de estudiosos do CPDOC da FGV, concebeu que o objetivo era, antes de mais nada, “não comemorar”, “não condenar” e “não julgar”. Para os pesquisadores, o que cabia num projeto que pretendia ouvir a “outra parte” envolvida no período do golpe, a parte que até então havia permanecido em silêncio ou que talvez tivesse sido sufocada frente às inúmeras memórias de militantes, era dar voz aos que tinham uma versão distinta. O resultado desse trabalho importante, sem sombra de dúvidas, foi a publicação de três livros que traziam depoimentos de altos oficiais das Forças Armadas brasileiras que falaram sobre o golpe, o regime e a ditadura.<sup>12</sup>

O fato a se notar é que a falta de problematização desse tipo de memória, contudo, terminou por contribuir para a reificação de uma espécie de lugar de fala cuja memória devia ser respeitada. Para Marcelo Badaró Mattos, ao se proceder a uma análise “exclusivamente [tomada] a partir do discurso dos militares”, considerando-se os “depoimentos como dados, tratáveis até mesmo quantitativamente”, o que se configura é um novo ponto de vista em contraposição às análises acadêmicas sobre o golpe, chegando ao ponto de se concluir pela correção da posição expressa nas memórias dos militares, que identificavam as motivações do golpe como diretamente políticas e ocasionadas pelo caos, pela desordem e pela instabilidade provocados pela subversão comunista, algo muito distante do que havia sido consagrado na historiografia sobre o assunto.<sup>13</sup>

Aliado a esse procedimento memorialístico com inegáveis repercussões no trabalho dos historiadores, o processo de transformação da historiografia articula-se estreitamente ao momento em que memória coletiva se transfigura, algo que se relaciona à crise das utopias e à queda do Muro de Berlim. Da irrefutável legitimidade de se ouvir os vários lados da contenda, à aceitação da versão produzida pelos militares

---

<sup>12</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO (Org.), Celso. *Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014, p. 10. Os outros livros que compõe a trilogia aqui referida são os seguintes: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO (Org.), Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO (Org.), Celso. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

<sup>13</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008, p. 248.

desde sempre, algo que tinha respaldo apenas ao âmbito das narrativas castrenses, vai um passo gigantesco, algo que determinou que as versões acadêmicas passassem a ser citadas por magistrados e políticos da direita como insuspeitos produtos da historiografia profissional.

Da crítica ao militantismo, que deu forma e conteúdo a parte substancial da posição assumida por historiadores revisionistas à produção original dos anos 1960, 1970 e 1980, o que passamos a ter foi uma memória transfigurada, com os temas ligados à revolução anatemizados, culminando com o resgate das teses do totalitarismo, que endossavam as circunstâncias do fim das utopias.<sup>14</sup> O fruto de tais mudanças redundaram na transfiguração dos conceitos, algo que veio a altear substancialmente o sentido das palavras e a forma como os conceitos eram empregados, invertendo o que antes era positivo, que passava a ser visto como algo profundamente negativo.<sup>15</sup>

O resultado desse processo, foi não apenas a insidiosa penetração de versões de deturpadas da memória no debate público sobre o golpe e a ditadura, como a edificação de uma historiografia hegemonicamente de direita no ambiente universitário, respaldada pelo procedimento revisionista de historiadores acadêmicos.

### **A memória e a história como construções sociais**

Conjugado aos mecanismos de edificação de uma outra memória e uma outra história do golpe e da ditadura, uma percepção até certo ponto supersticiosa e positivista da história, começou a ganhar forma na perspectiva assumida de uma suposta prática de “história científica”, livre das ideologias e dos “militantismos”, que seria algo distinto de uma historiografia militante.

De forma superficial, a ideia que tomou corpo na academia, dizia respeito ao fato de que os estudos produzidos de uma perspectiva crítica, não deixavam comportar uma “arquitetura simplificadora” da luta do “bem” contra o “mal”. Para Daniel Aarão, desse modo, sendo incapazes de identificar as “zonas cinzentas” do passado “na qual

---

<sup>14</sup> LOFF, Manuel. “Depois da Revolução?... Revisionismo histórico e anatemização da Revolução”. In: MELO, Demian (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 53-65.

<sup>15</sup> TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla. Interpretar las violencias dele siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 12-13.

vicejam atitudes de neutralidade, de indiferença” e também nas “ambiguidades e nas ambivalências (o pensar-duplo), em que determinados atores surgem apoiando e criticando, ao mesmo tempo, o regime ditatorial”, a historiografia não conseguia tomar o passado em sua plenitude. Para o historiador da UFF, é fazendo “a crítica de uma certa tradição ‘militante’”, que a história realiza “plenamente seu ofício: compreender, explicar, interpretar.”<sup>16</sup>

No mesmo diapasão de Daniel Aarão, as historiadoras e também professoras da UFF Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat, enquanto escrevem sobre os regimes autoritários, fazem questão de enfatizar o distanciamento necessário que a historiografia deve ter frente a uma história militante: “Passado o confronto – da afirmação, da luta contra a negação, mesmo que as tiranias jamais tenham desaparecido – é preciso superá-lo, ir adiante. O trabalho militante diferencia-se, pois, do trabalho do historiador”.<sup>17</sup>

As perspectivas esposadas pelos respeitáveis historiadores acadêmicos nomeados acima, não deixam de ser, também, partidárias. Como sugere Álvaro Bianchi, “As batalhas travadas nas trincheiras da historiografia são, também, combates levados a cabo na política”, algo que não torna os veneráveis professores menos partidários que os militantes.<sup>18</sup>

O fato é que as batalhas travadas no campo da memória, são também batalhas que se trava no terreno da historiografia e apenas por uma perspectiva supersticiosa é que se poderia dizer que os historiadores acadêmicas são neutros e suas histórias não tem qualquer perspectiva política. Em vista disso, as batalhas de memória que temos perdido, são também as batalhas que no âmbito da historiografia abrem espaço para uma perspectiva anódina e uma onda revisionista sem precedentes.

---

<sup>16</sup> BUBLITZ, Juliana. Entrevista com o historiador Daniel Aarão Reis sobre a ditadura: “liderada por milicos, com participação civil”. Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2014/03/entrevista-com-o-historiador-daniel-aarao-reis-sobre-a-ditadura-liderada-por-milicos-com-participacao-civil-4460416.html#showNoticia=SWN2TDR5TygzODM1NTQ4Njc4Njg5Mzk4Nzg0Li9ANTlzMdk5ODgwODkyMzk2Nzc5MDxjKTc5MDgyNDMxMDIwNjQ3MDU1MzYzTn4+PVxoeEM8SC8oL3IzWyk>. Acessado em 31/03/2019.

<sup>17</sup> QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 14.

<sup>18</sup> BIANCHI, Álvaro. “É possível escrever a história recente dos trotskismos brasileiros?”, *Perseu*, São Paulo, ano 8, nº 6, p. 361-380, 2012, p. 362.

Não por acaso, prepostos do governo preparam terreno para uma ofensiva revisionista sobre aquilo que está estabelecido no livro didático, reescrevendo nossa história recente, especialmente a história da ditadura (“revolução”) de 1964. Como disse o general Aléssio Ribeiro Souto, um dos responsáveis pela área técnica de Educação na equipe de campanha do então candidato Jair Bolsonaro, “Os livros de história que não tratam o regime de [19]64 no contexto da verdade tem que ser eliminados das escolas”.<sup>19</sup>

Sobre o mesmo assunto, o ministro da Educação Ricardo Vélez Rodriguez, escreveu que 31 de março de 1964 é uma data para “lembrar e comemorar” e mais, haja vista que “Nos treze anos de desgoverno (sic) lulopetista os militantes e líderes do PT e coligados tentaram, por todos os meios, desmoralizar a memória dos nossos militares e do governo por eles instaurado em [19]64”.<sup>20</sup>

A disputa pela memória é sempre uma disputa pelo patrimônio histórico dos vivos, mas diz Benjamin, nem mesmo os mortos podem estar em sossego enquanto o inimigo seguir vencendo.<sup>21</sup> Com efeito, não é de um passado morto que estamos tratando, mas de um passado que é definido pelo presente e definidor de todos os possíveis sentidos de futuro, um passado aberto, sujeito a múltiplas e variadas interpretações. É no espírito desta compreensão de história, no espírito dos debates inscritos nas fronteiras entre a memória e a história, que as polêmicas sobre o golpe de 1964 e a ditadura permanecerão ocorrendo.

---

<sup>19</sup> <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/28/general-ligado-a-bolsonaro-fala-em-banir-livros-sem-a-verdade-sobre-1964.htm>. Acessado em 31/03/2019.

<sup>20</sup> Para Veléz Rodriguez “A malfadada ‘Comissão da Verdade’ que, a meu ver, consistiu mais numa encenação para ‘omissão da verdade’, foi a iniciativa mais absurda que os petralhas tentaram impor”. <https://painel.blogfolha.uol.com.br/2018/11/23/novo-ministro-da-educacao-disse-que-golpe-de-1964-deve-ser-comemorado/>

<sup>21</sup> BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In: *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 2011, p. 211.